



DIREÇÃO DO SINTSEF-CE AVANÇA NA ORGANIZAÇÃO DO 14º CONGRESSO COM REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DE INFRAESTRUTURA



A Direção Colegiada do Sintsef-CE, a Comissão de Organização do 14º Congresso e a Subcomissão de Infraestrutura estiveram reunidas na manhã desta sexta-feira (31) para dar continuidade aos preparativos da principal instância de deliberação da entidade. O encontro deu sequência ao calendário de reuniões que vem sendo realizado para garantir a organização do congresso, após a reunião da Subcomissão de Metodologia, realizada na última semana.

Durante a reunião, foram debatidos os aspectos logísticos e estruturais necessários para a realização do evento, incluindo o planejamento da infraestrutura, organização dos espaços, acolhimento dos participantes e demais providências indispensáveis para o bom funcionamento do congresso.

O 14º Congresso do Sintsef-CE será realizado entre os dias 23 e 27 de setembro, no Hotel Praia das Fontes, em Beberibe. O encontro reunirá delegados e delegadas de todo o estado para discutir temas relacionados à conjuntura nacional, à organização sindical, às lutas da categoria e às diretrizes que irão orientar a atuação do sindicato nos próximos anos.

A realização das reuniões preparatórias reforça o compromisso do Sintsef-CE com a construção de um congresso bem organizado, democrático e representativo, garantindo que todos os aspectos metodológicos, estruturais e logísticos sejam planejados com antecedência para assegurar a participação dos delegados e o pleno desenvolvimento das atividades.

EUA AMEAÇAM A SOBERANIA BRASILEIRA DE OLHO NAS RIQUEZAS NACIONAIS

Está nítido que o governo dos Estados Unidos da América (EUA) está interferindo na soberania brasileira por meio de diversas decisões visando, inclusive, o processo eleitoral. O objetivo final é a pilhagem das riquezas nacionais. Apenas neste mês de julho, o país taxou os produtos brasileiros por duas vezes (25% e 12,5%), totalizando uma sobretaxa de 37,5%, na tentativa de desestabilizar a economia nacional.

Antes, já havia promovido represálias às autoridades brasileiras por meio da Lei Magnitsky e classificado organizações criminosas como terroristas por meio da Lei Antiterrorismo, que pode ser usada como álibi para incursões sobre o Brasil. Nesta semana, ficamos sabendo que o consulado norte-americano, em São Paulo, está organizando encontros fechados com influenciadores para discutir temas relacionados à "liberdade de expressão e ao ambiente digital" no País, o que pressupõe mais uma interferência política por meio das redes sociais.

Na última terça-feira (28), os EUA prorrogaram a sua declaração de emergência contra o Brasil. Por essa declaração, o país é classificado como uma ameaça "incomum e extraordinária" à segurança nacional, à política externa e à economia dos Estados Unidos. O documento também volta a criticar o tratamento dado a políticos acusados de planejar um golpe de Estado.

Em se tratando da balança comercial bilateral, ficou demonstrado que os Estados Unidos acumulam um superávit contínuo. Washington vende, historicamente, mais produtos e serviços ao mercado brasileiro do que compra do país, gerando saldos favoráveis constantes, o que torna injustificável a taxa de produtos nacionais pelo governo norte-americano.

Quando definiu a nova tarifa de 12,5% sobre importações de produtos brasileiros, os EUA não levaram em consideração o fato de que o Brasil é reconhecido há décadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) pelos fortes compromissos assumidos no combate ao trabalho forçado, com operações constantes contra esse tipo de crime.

